

JULIA PEDROSA MONTEIRO DA SILVA

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DE ABERTURA PARA USO TURÍSTICO DA
TRILHA DE TRAVESSIA, LOCALIZADA NO NÚCLEO CURUCUTU, PARQUE
ESTADUAL SERRA DO MAR - SÃO PAULO.

Rosana

2024

JULIA PEDROSA MONTEIRO DA SILVA

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DE ABERTURA PARA USO TURÍSTICO DA
TRILHA DE TRAVESSIA, LOCALIZADA NO NÚCLEO CURUCUTU, PARQUE
ESTADUAL SERRA DO MAR – SÃO PAULO.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Turismo da
Faculdade de Engenharia e Ciências -
Câmpus de Rosana, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Bacharel em
Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia
Denkewicz

Rosana

2024

S586e

Silva, Julia Pedrosa Monteiro da

Estudo sobre a viabilidade de abertura para uso turístico da trilha de travessia, localizada no Núcleo Curucutu, Parque Estadual Serra do Mar - São Paulo. / Julia Pedrosa Monteiro da Silva. -- Rosana, 2024
58 p. : tabs., fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Engenharia e
Ciências, Rosana

Orientadora: Patrícia Denkewicz

1. Turismo realizado em áreas naturais. 2. Parque Estadual Serra
do Mar - Núcleo Curucutu. 3. Prática de Trilhas. I. Título.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos Núcleos Administrativos	15
Figura 2 - Logo do Núcleo Curucutu	18
Figura 3 - Núcleo Curucutu	19
Figura 4 - Mapa de localização do PESH.....	19
Figura 5 - Bromélias do Núcleo Curucutu.....	20
Figura 6 - Plataforma de Observação de Aves.	22
Figura 7 - Cadeira de trilha do Núcleo Curucutu	23
Figura 8 - Início da Trilha de Travessia.	35
Figura 9 - Placas informativas na estrada de acesso ao NCR.....	36
Figura 10 - Centro de convivência do Núcleo Curucutu.....	37
Figura 11 - Nuvem de Palavras	42

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frequência de realização de trilhas.	41
Gráfico 2 - Interesse em visitar o Parque Estadual Serra do Mar.....	43
Gráfico 3 - Localidade dos visitantes do PESM - NC.....	44
Gráfico 4 - Localidade dos interessados em visitar o PESM - NC.....	45
Gráfico 5 - Interessados em realizar a Trilha de Travessia	46

Sumário

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
ABSTRACT	9
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo Geral:.....	11
2.2 Objetivos Específicos:	11
3. METODOLOGIA	12
4. ÁREA DE ESTUDO: PARQUE ESTADUAL SERRA DO MAR (PESM).....	13
4.1 O Núcleo Curucutu.....	17
4.1.1 A Trilha de Travessia.....	23
5. REVISÃO DA LITERATURA/ REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
5.1. Turismo em Áreas Naturais.....	24
5.2. Ecoturismo e Turismo de Aventura	26
5.3. A prática do Ecoturismo em UCs	29
5.4. Ecoturismo a partir de Trilhas	32
5.5. As trilhas e sua manutenção.....	34
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
6.1. Trilha de Travessia	35
6.2. Compreendendo o interesse da demanda turística pela abertura da trilha.....	40
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
8. REFERÊNCIAS	49
APÊNDICES	55
APÊNDICE A	56
APÊNDICE B	58

AGRADECIMENTOS

E assim finalmente chego ao final de um dos ciclos mais importantes da minha vida, e o que mais trago em meu coração é a gratidão. Gratidão a todas as pessoas que pude conhecer e que levarei para vida, todas as experiências vividas, a todos os sentimentos que senti e a todos os aprendizados que colhi. Foram muitas vivências que me moldaram e me tornaram quem eu sou hoje, e não teria lugar melhor onde isso pudesse acontecer. Por isso, sou profundamente grata à Primavera, por me oferecer a oportunidade de descobrir e abraçar uma nova versão de mim mesma.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus pais, Eliane e Luiz, aos meus irmãos Bia e Lucas, e ao meu sobrinho Arthur, que são minha base, e independente de tudo, sempre me ofereceram o suporte e o incentivo necessário durante minha graduação. Agradeço também aos meus avós, Maria de Lourdes e Waldemar, que, embora já não estejam mais entre nós, foram o alicerce que me ajudaram a me tornar quem sou hoje. Foi uma honra imensa ser neta de vocês e crescer ao lado de tanta sabedoria. Dedico essa conquista a todos vocês!

Não poderia deixar de agradecer também à minha rep do coração, a Repzona (Jojo, Pri, Kaê, Aninha, Cris e Sarinha), que me recebeu de braços abertos e me fez sentir parte de uma verdadeira família, com muito aprendizado, trocas e boas vivências; agradeço também às demais versões da rep, como a Repzona2022 (Pagode, Mococa, Laranjinha e Ximas), que também marcaram minha trajetória com tantas aventuras, experiências e cumplicidade. Amo todos vocês!

Dando sequência, sou extremamente grata as maravilhosas meninas da Rep4épar (Bia, Mari e Denise) e aos memoráveis membros da RepConvento (Sus, Cropped e ZipLok, Sundown), que também foram meu lar e me proporcionaram experiências incríveis...e é claro que não posso deixar de mencionar as reps amigas, e agradecer a RepCasinha (Migué, Fumaçinha, Ong, Repouso, Magali), e a TocadoCoyote (Cemitério, Liginha, Mamede, Du, Deputado), além de tantas outras pessoas especiais que passaram pela minha vida nesse período, tornando-a mais feliz e completa. Agradecimento especial ao London, Beiçola, Amandinha, Morta, Cotia, Samantinha, Viniçinho, Samu, Joyce, Zero2, Bloch, Toalha, Twister, Vapo, Gu, Nick, Titia, Meteoro, Nath Borba, Cássia, Camila, Nasa, Apagão, Raianne e tantos outros que deixaram sua marca em meu caminho. Sou imensamente grato a todos vocês!

Também agradeço aos pets, esses seres de luz, que participaram da minha jornada em Primavera, e que me alegraram e fizeram essa trajetória ainda mais especial (Charlie, Maya, Amora e Bixete).

Um agradecimento mais que especial vai para minha orientadora, que foi uma verdadeira luz no fim do túnel. Desde o momento em que a conheci, soube que ela seria a pessoa ideal para o meu projeto. Agradeço assim a sua paciência, cumplicidade e o tempo dedicado para me ajudar no desenvolvimento desse trabalho. Não posso deixar de agradecer também a todo o corpo docente do curso de Turismo

da Unesp Rosana, que, ao longo desses anos, se dedicou a me transmitir os conhecimentos essenciais para minha formação como turismóloga.

Por fim, agradeço a Deus por me conceder serenidade e sabedoria nos momentos necessários e por me ensinar que tudo acontece no tempo certo.

Com isso, encerro um ciclo importante, na esperança de iniciar o próximo com todos aqueles que amo e que são essenciais para a minha existência.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a viabilidade da abertura da Trilha da Travessia situada no Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Curucutu, em São Paulo - SP, que se estende até a cidade de Itanhaém - SP, no litoral paulista. Essa trilha possui um expressivo potencial para o ecoturismo, com a capacidade de atrair novos visitantes e turistas ao parque. Entretanto, é essencial compreender os fatores que impediram a abertura oficial dessa trilha, uma vez que sua inclusão estava prevista nos planos de gestão do parque, que a consideravam um novo atrativo do parque e da região. Em 2015, foi realizada uma descida teste, conduzida por um grupo de 14 pessoas, a qual foi concluída com sucesso e servirá como base para a análise da experiência vivida. Dessa forma, o objetivo deste estudo é avaliar a viabilidade da abertura da trilha, identificando os aspectos positivos e negativos dessa iniciativa para o Núcleo Curucutu. Para tanto, serão analisados dados coletados por meio de visitas em campo, entrevistas com a gestão e funcionários do parque e a aplicação de um formulário online. Com isso, buscamos determinar se a trilha possui o potencial e a demanda necessários para sua abertura e manutenção, assegurando um fluxo turístico considerável.

Palavras-chaves: Ecoturismo; Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Curucutu; Trilha da Travessia.

ABSTRACT

This study aims to analyze the feasibility of opening the Travessia Trail located in the Serra do Mar State Park - Curucutu Unit, in São Paulo-SP, which extends to the city of Itanhaém-SP, on the São Paulo coast. This trail has significant tourism potential, with the ability to attract new visitors and tourists to the park. However, it is essential to understand the factors that have prevented the official opening of this trail, as its inclusion was anticipated in the park's management plans, which regarded it as a new attraction for both the park and the region. In 2015, a test descent was conducted by a group of 14 people, which was successfully completed and will serve as a basis for analyzing the experience lived. Therefore, the objective of this study is to evaluate the feasibility of opening the trail, identifying the positive and negative aspects of this initiative for the Curucutu Unit. To achieve this, data will be analyzed from field visits, interviews with park management, and the implementation of an online survey. This will help determine whether the trail has the necessary potential and demand for its opening and maintenance, ensuring a considerable tourist flow.

Keywords: Ecotourism; Serra do Mar State Park - Curucutu Unit; Travessia Trail.

1. INTRODUÇÃO

A atividade turística é uma prática que sempre existiu; no entanto, o turismo de maneira organizada e planejada começou apenas em meados do século XXI. O turismo é um fenômeno do século XXI, que surgiu na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, com a ascensão da classe média e o advento de meios de transporte relativamente baratos, com a criação de linhas aéreas comerciais, após a II Guerra Mundial (Theobald, 2002). Portanto, o turismo como atividade de lazer e ócio, tal como ocorre nos dias atuais, é algo relativamente recente e que ainda possui muito a se desenvolver, ser estudado e ordenado.

Pode-se afirmar que o setor turístico é amplo e abrange diversas áreas, tanto de forma direta quanto indireta, além de contar com diferentes segmentos nos quais cada atividade pode ser enquadrada. De acordo com o Ministério do Turismo:

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda (BRASIL, 2012, P. 61).

Nesse contexto, destaca-se o segmento de ecoturismo e turismo de aventura, que será o foco principal deste trabalho, considerando que a trilha que embasa o estudo se enquadra nesses dois tipos de segmento. A trilha de travessia do Parque Estadual Serra do Mar (PESM), localizada no Núcleo Curucutu (NCR), inicia-se na sede do parque em São Paulo - SP e termina na sede em Itanhaém - SP, no litoral paulista. Com cerca de 16 km, a trilha pode ser percorrida em aproximadamente 12 horas, sendo classificada como de nível elevado.

A grande problemática deste estudo refere-se ao fato de que a trilha já foi percorrida algumas vezes, mas não de forma oficial. Temos dados de uma descida teste realizada em 2015, mas, após isso, não houve movimentação para a inauguração oficial da trilha. Assim, a pesquisa buscará entender quais foram os motivos que impediram a abertura oficial da trilha e se sua abertura é viável, considerando a demanda e se seria benéfico ou não para o parque, em termos de movimentação de público, preservação ambiental e rendimento econômico.

Dessa forma, o desenvolvimento deste trabalho aborda o turismo que ocorre dentro das unidades de conservação (UCs), o público que as procura e como a demanda por esse tipo de turismo contribui para o desenvolvimento desses parques de conservação. Além disso, ressalta-se a importância de atividades turísticas para a construção de uma mentalidade sustentável e responsável em relação à natureza, pois há um contato direto com o ambiente natural, resultando em uma maior conscientização sobre sua importância. Essa interação, aliada à educação ambiental, gera um entendimento indiscutível sobre a responsabilidade que um turista deve ter em relação ao meio ambiente que está "consumindo".

Assim, apresenta-se como perguntas de pesquisa: qual é a viabilidade da abertura da trilha de travessia? Quais são as vantagens e desvantagens da iniciativa de abrir a trilha de travessia?

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

A presente pesquisa tem por objetivo analisar se é viável a abertura da Trilha de Travessia do Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Curucutu para uso turístico, e quais seriam suas vantagens e desvantagens, diante da possibilidade do crescimento de visitação turística no parque.

2.2 Objetivos Específicos:

- Investigar quais motivos impediram a abertura oficial da trilha até os dias atuais;
- Analisar a estrutura atual do percurso;
- Investigar se a gestão ambiental do parque tem interesse em abrir a trilha;
- Compreender se há interesse do uso público da trilha;

3. METODOLOGIA

Para esse estudo, será utilizada uma abordagem qualitativa, compreendida como aquela que busca a interpretação de fatos e fenômenos sem utilizar ferramentas ou técnicas de mensuração estatísticas ou probabilísticas (Denker, 1998). Os estudos desta natureza “(...) tendem a contribuir tanto para um exercício reflexivo de novos conhecimentos quanto para a sua aplicabilidade nas diversas esferas do social” (Alves, 2011, p. 610).

A primeira etapa metodológica consiste na elaboração do aporte teórico, através do levantamento bibliográfico e da análise documental, ampliando, assim, o conhecimento a respeito do tema e da área de estudo. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de consultas a livros, teses, artigos, dissertações, entre outros materiais que deram suporte para o desenvolvimento do referencial teórico do trabalho, com base nos seguintes pontos: Turismo em Áreas Naturais, Ecoturismo e Turismo de Aventura, A prática do Ecoturismo em UCs e Ecoturismo a partir de Trilhas.

A pesquisa documental, diferentemente da bibliográfica, constitui-se de inúmeros documentos oficiais, os quais se diferem, de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008). Desse modo, foi consultado o Plano de Manejo do Parque, com finalidade de verificar possíveis restrições quanto ao impacto da atividade proposta, assim como levantar informações mais aprofundadas sobre a área de estudo.

A segunda etapa caracterizou-se pela pesquisa de campo, em que utilizou-se como instrumento de coleta de dados o questionário estruturado, este composto por 10 perguntas, direcionado a pessoas interessadas na prática de trilhas e também pessoas que moram próximo à região do NCR. O questionário foi aplicado virtualmente através do *Google Forms*, entre as datas dos dias 17 de maio até dia 7 de junho, tendo aderência de 40 respostas. O foco do questionário será de obter informações referente a viabilidade da abertura da trilha analisando e verificando a demanda de interesse para a realização de tal e o perfil dos interessados na atividade (Apêndice I); a observação direta realizada para identificar as condições estruturais da trilha; entrevista aberta realizada com um dos monitores do parque e com um dos participantes da descida-teste de 2015; e a entrevista semiestruturada aplicada ao gestor ambiental do parque, realizada na data do dia 16 de maio de 2024 às 13h,

através do *Google Meet*, entrevista composta por 8 perguntas, buscando-se entender quais os principais motivos que impediram a abertura oficial da trilha, e se a gestão atual do NCR teria interesse em reativar a trilha para uso turístico (Apêndice II).

A terceira etapa diz respeito à análise de dados em que ocorreu por meio de emparelhamento teórico-prático, pois observou-se o que a teoria e outros casos discutem sobre o tema e, posteriormente, estes puderam ser aplicados e/ou comparados ao Parque. Assim, a partir da pergunta número 5 do formulário ‘Quais os principais motivos que te levou/levaria a visitar o PESM - NCN?’, foi possível elaborar uma nuvem de palavras, que é uma representação gráfico-visual a qual vai mostrar o grau de frequência das palavras em um determinado texto (Vilela, Ribeiro & Batista, 2020), em que as palavras mais recorrentes nas respostas contidas, ficam centralizadas, em maior tamanho, e em cores mais intensas, enquanto as menos recorrentes aparecem com tamanho reduzido e cores mais claras (Figura 11, p.35).

Por fim, para garantir a segurança e o sigilo dos participantes envolvidos na coleta de dados, serão utilizados codinomes, como Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3, Gestor 1, entre outros, para se referir aos entrevistados e aos respondentes do formulário. Isso é feito com o objetivo de preservar a identidade dos participantes, uma vez que a identidade individual não é necessária nem relevante para os resultados da pesquisa.

4. ÁREA DE ESTUDO: PARQUE ESTADUAL SERRA DO MAR (PESM)

Em todo o mundo, existem áreas designadas para proteção ambiental. Esses espaços têm como principal objetivo conservar e preservar os recursos naturais de nossos ecossistemas, mantendo intactos seus aspectos ecológicos, geológicos, históricos e culturais. No Brasil, a proteção dessas áreas é regida pela Lei Federal nº 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). De acordo com essa legislação, uma unidade de conservação é definida como um:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000, capítulo I).

Essas unidades de conservação são divididas em dois grupos distintos, cada um com suas características específicas de uso e manejo, sendo elas as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável.

Em 1950, o Governo do Estado de São Paulo criou as Reservas Estaduais, na área da Serra do Mar, e pouco tempo depois, em 1977 foi realizada a união dessas reservas, dando origem ao atual Parque Estadual Serra do Mar (PESM) a partir do decreto de lei 10.251 de 30/08/1977, o colocando na categoria de UC de Proteção Integral. O Parque Estadual (PE), tem como intuito preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, onde a visitação pública e para pesquisa científica são permitidas (Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, 2008).

Na região do PESH, é predominante o bioma Mata Atlântica, e esse bioma devido a sua notada importância para o Planeta e a vida presente nele, foi reconhecido como um dos 25 hotspots presentes no mundo, estando entre os 5 primeiros mais importantes.

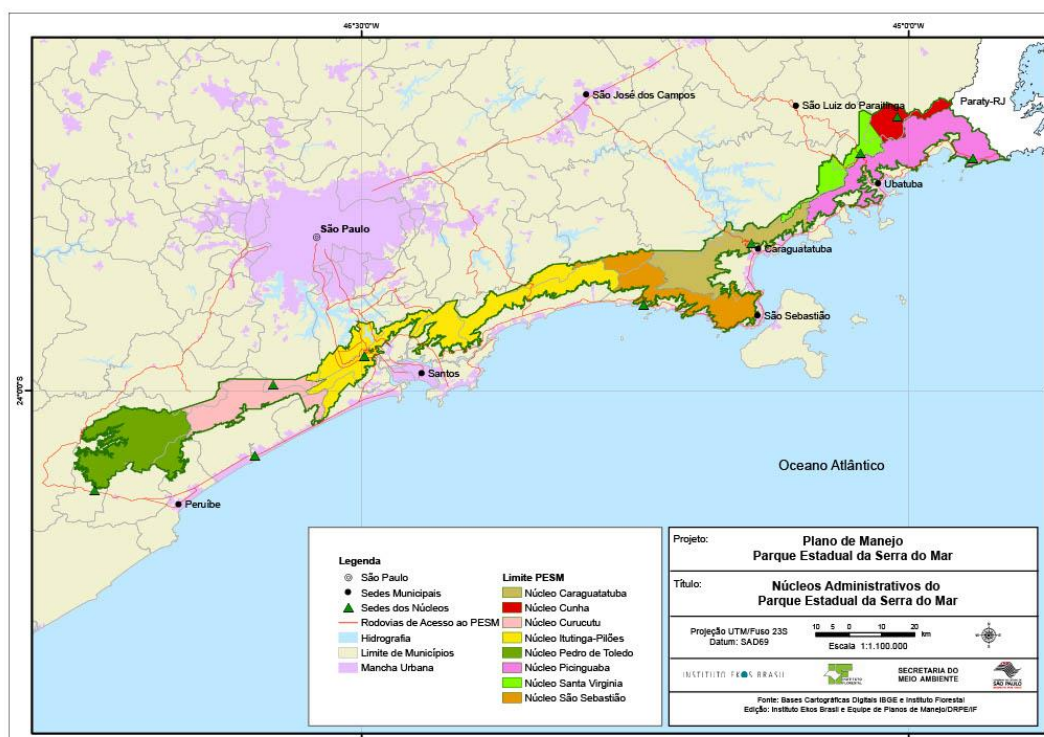
O conceito de Hotspots surgiu através do ecólogo inglês Norman Myers, esse que identificou, na época, níveis alarmantes de destruição de habitats naturais e assim começou a caracterizar algumas áreas e florestas como sendo excepcionais devido ao endemismo de algumas espécies de plantas presente nelas, e com o tempo a questão sobre quais as áreas mais importantes para se preservar no planeta terra foi ganhando notoriedade e o conceito de Hotspots foi sendo definido e modificado. Temos que a Conservação Internacional (CI-Brasil) adotou o conceito de Hotspots como uma estratégia para definir em quais áreas seriam feitas suas ações e esforços de combate ao desmatamento, e em 1996 elaborou uma reavaliação do conceito, em colaboração com o que já tinha sido colocado por Myers(1948), e conceituou que:

Para qualificar-se como Hotspots, uma região deve preencher pelo menos dois critérios: abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas, e ter 30% ou menos de sua vegetação original mantida (CI-Brasil, 1996, p. 4).

Assim, o PESH foi oficialmente criado em 30 de agosto de 1977, e segundo seu decreto de criação, “o Parque Estadual da Serra do Mar foi criado com a finalidade de assegurar integral proteção à flora, à fauna, às belezas naturais, bem como para garantir sua utilização a objetivos educacionais, recreativos e científicos e caracteriza-se por ser uma Unidade de Conservação de proteção integral” (Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, 2008, capítulo I, p. 15). O PESH foi dividido em 8 núcleos (Figura 01), sendo eles o Núcleo Itutinga-Pilões, Núcleo Curucutu, Núcleo Caraguatatuba,

Núcleo Cunha-Indaiá, Núcleo Picinguaba, Núcleo Santa Virgínia, Núcleo São Sebastião e Núcleo Pedro de Toledo, e essa divisão foi feita com o intuito de melhorar a gestão da área total do parque, que totalizam em 360 mil hectares e abriga a maior extensão de florestas contínuas no domínio da Mata Atlântica do Estado de São Paulo, priorizando assim a preservação e proteção da área (Bellato e Mendes, 2002). Vale ressaltar que a Mata Atlântica ocupava uma área total de 1,3 milhões de km², mas sofreu uma perda territorial significativa e possui atualmente apenas cerca de 12,5% de seu território original.

Figura 1 - Mapa dos Núcleos Administrativos



Fonte: Plano de Manejo - PE Serra do Mar, 2008.

O Parque Estadual da Serra do Mar, com seus mais de 360 mil hectares de território, abrange 23 municípios da parte do Planalto Atlântico e Planície Costeira (Litoral Paulista), sendo esses municípios: Bertioga, Biritiba Mirim, Caraguatatuba, Cubatão, Cunha, Itanhaém, Juquitiba, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Natividade da Serra, Paraibuna, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Salesópolis, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Luiz do Paraitinga, São Paulo, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba. A referida área é a maior Unidade de Conservação do Estado de São Paulo, a qual é administrada pela Fundação Florestal vinculado à Secretaria

do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; além de ser o maior corredor biológico da Mata Atlântica no Brasil (Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, 2008).

Conforme mencionado anteriormente, o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) representa um corredor ecológico de grande importância, conectando remanescentes da Mata Atlântica, como a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e o Parque Estadual do Jurupará, por meio do contínuo florestal do Vale do Ribeira. Esse corredor é um centro de interesse para a comunidade científica, empresas, ONGs e governos, dada a urgência em proteger e preservar essa área (Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, 2008).

Além disso, existe uma demanda crescente para aprofundar o conhecimento sobre a fauna e flora da região, uma vez que muitos aspectos ainda permanecem inexplorados, e há muito a ser descoberto sobre a biodiversidade local. É, portanto, fundamental que toda pesquisa e qualquer desenvolvimento na área sejam realizados em estrita conformidade com os parâmetros de conservação.

Com o alto índice de biodiversidade na região da Serra do Mar, podemos apontar que a preservação da região é a maior garantia para a estabilidade física dessas áreas, evitando grandes catástrofes, como deslizamentos e erosões, consequências essas que já ocorrem nas áreas onde a floresta foi suprimida. A preservação permitirá também a possibilidade de visualização de belezas cênicas e paisagens únicas, contribuirá com o equilíbrio da temperatura regional, e a garantia de água de qualidade para grande parte da região do entorno. A região ainda conta com características histórico-culturais valiosas para a história do Brasil, e que são mantidas pelas comunidades tradicionais da região (Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, 2008).

Diante da necessidade de conservação e preservação de um dos biomas mais importantes do planeta, a Mata Atlântica—predominante no território do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM)—e considerando a rica biodiversidade da região, bem como o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, de seus habitantes tradicionais, foi elaborado o Plano de Manejo do Parque. Esse plano é a principal ferramenta de planejamento e gestão do PESM e serviu como base para a coleta de informações para o desenvolvimento deste trabalho.

4.1 O Núcleo Curucutu

O Núcleo Curucutu (NCR) foi criado em 1958 como uma das reservas florestais, mas posteriormente houve a junção dessas reservas, elevando à condição de Parque Estadual em 1977. Antes da intervenção do governo para a proteção da área, a região do NCR fazia parte da Fazenda Curucutu, que era uma produtora de carvão mineral e esteve em atividade comercial até meados de 1958, data em que o Estado de São Paulo adquiriu a área para proteção (Garcia; Pirani, 2005). A partir de então, o principal objetivo era a preservação das nascentes presentes na área e dos mananciais da região metropolitana de São Paulo, destacando-se os rios Capivari e Embu-Guaçu. Esses rios têm grande importância ambiental e social, pois alimentam parte do reservatório Guarapiranga, contribuindo para o abastecimento de cerca de 5 milhões de pessoas (Whately; Cunha, 2006).

Assim, em razão da relevância da hidrografia existente na área, a região é protegida por ser Área de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos. Esta APA é regulamentada pelo Capítulo IV da Lei Municipal Nº 13.136 de 09/06/2001 e pelo Decreto Municipal Nº 45.892 de 17/05/2005, cujo objetivo é promover o gerenciamento participativo e integrado da referida APA às diretrizes das políticas nacional, estadual e municipal de meio ambiente. A área também é protegida pela Lei de Proteção aos Mananciais (LEI Nº 9.866, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1997), que estabelece:

Esta lei estabelece diretrizes e normas para a proteção e a recuperação da qualidade ambiental das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional para abastecimento das populações atuais e futuras do Estado de São Paulo, assegurados, desde que compatíveis, os demais usos múltiplos (BRASIL, 1997, artigo 1).

É importante destacar que o bioma predominante na área do Núcleo Curucutu é a Mata Atlântica, que sofreu uma preocupante perda territorial, quase resultando em sua extinção total. Originalmente, a Mata Atlântica possuía uma área total de 1,3 milhões de km²; atualmente, restam apenas 12,5% desse total, cerca de 162.500 km², o que ressalta a necessidade urgente de proteção e preservação da área. Nesse contexto, como uma tentativa de reflorestamento da região, na década de 1980 foram introduzidos pinheiros exóticos. No entanto, por se tratar de uma espécie invasora, esses pinheiros se proliferaram e começaram a dominar a vegetação ao seu redor, o

que resultou na descaracterização da vegetação local, tornando-se um risco para a flora endêmica da Mata Atlântica, o que resultou em iniciativas para combater a proliferação desses pinheiros (Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, 2008).

O nome "Curucutu" tem origem indígena e faz referência a uma espécie de coruja presente na área do NCR. A região abriga uma diversidade de corujas, com mais de 10 espécies endêmicas registradas, o que fez dessa ave o símbolo oficial do núcleo, conforme ilustrado na figura a seguir:

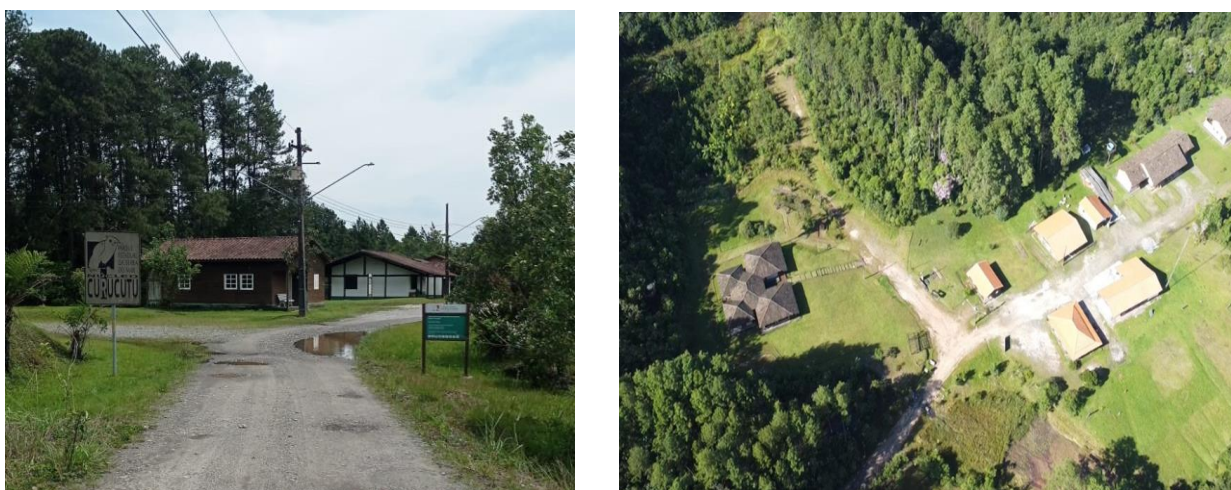
Figura 2- Logo do Núcleo Curucutu



Fonte: PESM Curucutu, 2017.

Em relação à localização, a base do Núcleo Curucutu em São Paulo - SP está situado no endereço Estrada da Bela Vista, 7090, Parelheiros, no extremo sul da cidade de São Paulo, na zona rural. O acesso é feito exclusivamente por transporte particular, pois não há transporte público que chegue até a sede, e a estrada, ao se aproximar da área do Parque, é de terra com cascalho, conforme ilustrado na figura 03 a seguir:

Figura 3 – Núcleo Curucutu



Fonte: PESM Curucutu, 2024.

O Núcleo Curucutu (NCR) abrange uma área de 37.513 hectares e, por estar localizado na região da Serra do Mar, inclui os municípios de São Paulo, Juquitiba, Embu – Guaçu, Itanhaém e Mongaguá. Ele faz parte do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), conforme demonstra a Figura 04 abaixo:

Figura 3 - Mapa de localização do PESM



Fonte: Viatrolebus, 2020.

O NCR caracteriza-se por ser uma unidade de conservação (UC) de proteção integral, classificada como área natural, atualmente protegida pelo Código Florestal (Lei Nº 12.651, de 2012), que estabelece:

Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos (São Paulo, 2012, capítulo I).

O Núcleo Curucutu possui uma rica biodiversidade, significativa não apenas para a região, mas para toda a nação brasileira e até mesmo a comunidade global. Ao longo das trilhas, é possível encontrar diversos tipos de árvores e flores, destacando-se as bromélias (Figura 05), plantas carnívoras e palmeiras juçara, cuja extração é proibida devido ao alto risco de extinção da espécie (Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, 2008).

Figura 4 - Bromélias do Núcleo Curucutu



Fonte: Autoria própria, 2024.

Além da flora, a localidade abriga uma variedade de animais e insetos. Foi desenvolvida uma pesquisa sobre os anuros (anfíbios sem cauda), em que se afirma

que o NCR do Parque Estadual da Serra do Mar abriga uma das maiores diversidades de anuros da Serra do Mar Paulista, e muitas dessas espécies são raras e apresentam áreas de distribuição muito pequenas, abrangendo o Curucutu e localidades vizinhas, assim a preservação do Núcleo Curucutu contribui para a proteção dessas e de outras espécies endêmicas da Mata Atlântica (Malagoli, 2013).

Em relação à fauna, os estudos sobre invertebrados, aves, mamíferos e anfíbios no NCR ainda são limitados. No entanto, desde 2005, foram realizados esforços sistemáticos para documentar a fauna, resultando em publicações sobre a história natural das espécies, especialmente os anfíbios. Dados recentes indicam a presença de onça-pintada, antas, onça-parda, gato-maracajá, jaguatirica, gato-mourisco, cateto e cachorro-do-mato, identificados através de registros fotográficos obtidos por câmeras instaladas na região, com o objetivo de realizar um levantamento sobre a fauna local (Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, 2008).

Atualmente, o Núcleo Curucutu oferece uma ampla gama de atividades, com destaque para as trilhas. As visitas podem ser agendadas pelo site do parque, onde também são emitidos os ingressos de acesso, os quais são gratuitos. Entre as atividades autoguiadas, que não necessitam de acompanhamento ou monitoria, destacam-se a Ciclorrota Curucutu, a visita à Plataforma de Observação de Aves Manoel Martiniano (Figura 06) e a Trilha da Bica/Passarinhos.

Figura 5 - Plataforma de Observação de Aves



Fonte: Autoria própria, 2024.

Outros atrativos do parque exigem acompanhamento e monitoria de profissionais capacitados. Exemplos incluem o Circuito Mirante-Bica-Capelinha, a Trilha do Rio Camburi (Roteiros Água do Curucutu), a Contemplação dos Ecossistemas Associados ao Bioma de Mata Atlântica e a trilha de travessia, esta última atualmente fechada e objeto de estudo deste trabalho.

Outra atividade realizada no parque é o programa Escolas no Parque, que permite que grupos escolares visitem o local e realizem trilhas para aprender sobre a biodiversidade presente, por meio da educação ambiental. Com foco nesses grupos, foi criado o Roteiro da História – Do carvão à conservação. Recentemente, conforme demonstra a Figura 07 abaixo, o parque também recebeu cadeiras de trilha (modelo cadeira Juliette), possibilitando a realização da Trilha da Bica/Passarinhos por pessoas com mobilidade reduzida, sendo necessário o acompanhamento de monitores capacitados.

Figura 6 - Cadeira de trilha do Núcleo Curucutu



Fonte: Autoria própria, 2024.

Além disso, o parque permite visitação para produção audiovisual e/ou fotografias, exigindo, no entanto, autorização prévia da Fundação Florestal para aquisição de direitos autorais sobre o material gerado. Por fim, o parque conta com hospedarias destinadas a pesquisadores e turistas que desejam realizar atividades de pernoite (Instituto Florestal e Instituto EkosBrasil, 2008).

4.1.1 A Trilha de Travessia

A trilha de referência desta pesquisa, chamada Trilha de Travessia, encontra-se atualmente fechada. Caso seja aberta, será a maior trilha do Núcleo Curucutu, com aproximadamente 16,5 quil  metros de extensão e um tempo de percurso estimado em 12 horas, conforme o traçado desenvolvido. A Trilha de Travessia tem início na sede do NCR em São Paulo e termina na sede do NCR em Itanhaém. É importante ressaltar que essa trilha não leva diretamente às praias de Itanhaém, mas apenas ao município litorâneo, portanto, não possui como objetivo final a contemplação das praias.

Oficialmente, essa trilha nunca foi aberta ao público. No entanto, em 11 de outubro de 2015, um grupo de 12 pessoas e 2 guias, capacitados para a realização do percurso, fez a travessia. A saída ocorreu às 04:20 da manhã, com chegada prevista para às 16:20 da tarde. A excursão foi organizada por uma empresa de Turismo, a qual denominaremos como Empresa 1, e como a trilha não estava oficialmente liberada, foi estabelecida uma parceria entre a empresa e os monitores do NCR para realizar um teste do percurso. O objetivo era avaliar se a trilha é viável para grupos, além de verificar as condições de manutenção, segurança e a experiência geral de uma trilha de alto nível.

5. REVISÃO DA LITERATURA/REFERENCIAL TEÓRICO

5.1. Turismo em Áreas Naturais

O turismo, com o passar do tempo, estabeleceu-se como uma das atividades mais procuradas e praticadas pelas pessoas em seu tempo livre, especialmente no período de férias. No entanto, a ação do homem de se deslocar espacialmente sempre existiu, tendo em vista que, na pré-história, os homens não possuíam uma moradia fixa e eram seres nômades que se deslocavam de acordo com algumas necessidades básicas para a sobrevivência, como a alimentação, por exemplo. Assim, temos que o homem nunca deixou de percorrer territórios, sejam esses já conhecidos ou ainda desconhecidos (Fratucci, 2008).

Em 1840, temos registros da primeira viagem organizada e planejada de maneira similar ao turismo da atualidade, idealizada por Thomas Cook, que é hoje considerado por muitos o pai do turismo. Ele organizou a primeira viagem em grupo, com o deslocamento de cerca de 500 pessoas, com tudo pré-programado. Após essa realização, Thomas abriu sua própria agência, a Thomas Cook and Son, e seguiu realizando viagens organizadas.

Ao longo das décadas, o turismo foi se desenvolvendo, estabelecendo-se e ganhando relevância na sociedade, diante da influência que essa atividade tem na economia, na cultura e na organização social. Com o grande aumento da atividade turística e levando em consideração os diferentes tipos de experiências a partir da prática dessa atividade, deu-se início à segmentação do turismo, para melhor

entendimento e compreensão, por parte dos praticantes, do que seria realizado em cada segmento e quais suas principais características. Essa segmentação foi sendo estruturada a partir dos elementos que caracterizam o local onde o turismo está sendo praticado, como demografia, cultura, motivação, entre outros. Temos que para Lage (1992, p. 62):

A segmentação de mercado, no turismo, é muito importante, pois vai determinar os mercados-alvos que serão os futuros objetivos do esforço de marketing. Quanto mais as características do mercado-alvo são conhecidas, maior a eficácia de suas técnicas mercadológicas de publicidade, promoção, vendas e relações públicas.

Sendo assim, o que vai contribuir na otimização dos serviços e produtos do setor de turismo, levando em consideração as empresas turísticas na busca pela maximização de lucros, e também os turistas, na tentativa de maximização de sua satisfação (Lage, 1992).

No Brasil, um dos segmentos que sempre teve e ainda tem grande potencial de crescimento e desenvolvimento é o turismo praticado em áreas naturais, considerando que o país possui uma extensão de território natural única e excepcional, abrindo diversas possibilidades para o desenvolvimento turístico nessas áreas. De acordo com Tulik (1993), existem duas condições que favorecem o desenvolvimento do turismo nas áreas naturais do Brasil: a riqueza e a vasta biodiversidade existentes no território brasileiro, além da tendência contemporânea de uma mentalidade ambientalista. A composição desses dois aspectos tende a gerar uma demanda por esse tipo de prática e, conseqüentemente, a impulsionar o desenvolvimento do turismo em áreas naturais no Brasil.

De acordo com Silva (2013, p. 146-147), o turismo na natureza ou turismo em áreas naturais “é um tipo de turismo que consiste na visita de territórios predominantemente naturais com o objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas aos recursos naturais”.

Assim, temos que o turismo em áreas naturais abrange todas aquelas atividades turísticas realizadas em ambientes naturais, que utilizam as características desse ambiente para atrair turistas e realizar atividades que envolvam o contato com a natureza, seja direta ou indiretamente. Com isso, há diversos segmentos que são excepcionais e essencialmente praticados em áreas naturais, como o turismo de natureza, turismo de aventura, ecoturismo, turismo de pesca, entre outros.

O turismo em áreas naturais é considerado uma grande tendência mundial, pois acredita-se que o encontro entre seres humanos e a natureza possa trazer benefícios a ambos (Hintze, 2013). Além disso, esse tipo de turismo é uma forma alternativa ao turismo de massa. Para Panazzolo (2005), o turismo de massa se refere ao deslocamento de um grande número de pessoas, e Barreto (2023) complementa que esse tipo de turismo ocorre de acordo com a demanda, ou seja, acontece em locais mundialmente conhecidos, onde a procura para a visitação é muito alta. Assim, o turismo de massa prioriza, acima de tudo, o lucro, a partir de um desenvolvimento exacerbado, que gera, ao longo dos anos, diversos efeitos negativos e irreversíveis ao meio ambiente,   cultura e   sociedade local. Como exemplo das desvantagens dessa prática, temos o fen meno conhecido como *overturism*, que, por essência, refere-se ao turismo em excesso, comprometendo a qualidade de vida da população local e a qualidade da experiência de visitação do turista (OMT, 2018).

Diante disso, o turismo em áreas naturais busca fugir da ideia tradicional de oferecer visitação a lugares mundialmente conhecidos e destinos já consolidados. Não se baseia apenas na máxima rentabilidade financeira, como o turismo massificado, mas planeja uma atividade que, além de considerar fatores econ micos, aborda também questões ambientais e socioculturais (Casasola, 2003). Consequentemente, essa prática vem ganhando maior visibilidade e procura, pois oferece muitas possibilidades de realização e desenvolvimento, em contraponto ao turismo massificado e seus efeitos negativos.

5.2. Ecoturismo e Turismo de Aventura

O ecoturismo preza pela prática da atividade turística na natureza, levando em consideração a inserção de uma consciência ambientalista nos turistas que o praticam e envolvendo a comunidade local no desenvolvimento dessa atividade. Segundo o Ministério do Turismo (MTUR), em conjunto com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), o ecoturismo é:

[...] o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrim nio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da

interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTur, 2015, p. 06).

Dias traz uma definição mais específica sobre o ecoturismo, afirmando que o ecoturismo vai além de uma simples viagem voltada para a natureza; representa uma nova abordagem da atividade, integrando aspectos sociais e econômicos. Seu objetivo é aprimorar as condições de vida das comunidades locais, enquanto preserva os recursos naturais e o meio ambiente. Essa prática busca equilibrar a capacidade de carga e a sensibilidade dos meios naturais e culturais com as atividades turísticas (Dias, 2003).

Já, segundo Bueno et al. (2006, p. 03):

O ecoturismo caracteriza-se por um tipo de viagem realizada em meio à natureza, que utiliza predominantemente recursos naturais como forma de atração turística, os quais se constituem como matérias-primas para o desenvolvimento do ecoturismo.

Assim, podemos concluir que, diante de tais definições e das premissas estabelecidas para o ecoturismo, este pode ser considerado uma atividade que contraponha o turismo de massa e que visa não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o cultural, natural e social da localidade onde a atividade será desenvolvida.

É necessário e de grande importância também entender a diferença entre o ecoturismo e o turismo praticado em áreas naturais, pois, ainda que todo ecoturismo seja realizado nessas áreas, nem todo turismo em áreas naturais pode ser considerado ecoturismo, tendo em vista as premissas que caracterizam esse segmento, que são o foco na proteção e conservação ambiental, juntamente com a educação ambiental e a integração da população local no desenvolvimento da atividade turística, visando o desenvolvimento de um turismo sustentável (Bueno, 2006). Portanto, é inválido que o ecoturismo seja utilizado como um termo guarda-chuva para toda prática turística realizada na natureza.

Partindo de uma análise histórica sobre o surgimento do ecoturismo, podemos afirmar que se trata de um fenômeno da pós-modernidade, que surgiu diante da necessidade de se vivenciar experiências em ambientes naturais, como fuga da vida urbana, levando o homem moderno a buscar esse contato (Hintze, 2013). A prática do ecoturismo se dá a partir da apropriação de elementos naturais para o desenvolvimento de atividades, como a contemplação de paisagens, rios, cachoeiras,

florestas e também o contato com o ar “puro”, que hoje em dia pode ser considerado algo de difícil acesso. O ecoturismo também tem como princípio o envolvimento da população local em seu desenvolvimento, proporcionando aos turistas o contato com elementos culturais das populações anfitriãs, por meio da produção de souvenirs, culinária, folclore, danças, entre outros (Ansarah, 1999). Levando isso em consideração, é de extrema relevância que o condutor do grupo seja, por vezes, um morador local, pois assim ele terá uma vasta propriedade para apresentar o local e todos os elementos que o compõem (Hintze, 2013).

Com base na definição criada pelo poder público, a atividade deve desenvolver, em sua essência, uma consciência ambientalista nos praticantes. De acordo com Hintze (2013, p.53), “podemos dizer que o ambiente no qual as atividades ecoturísticas se desenvolvem é propício às atividades de educação ambiental”, não sendo essa necessariamente formal, realizada a partir de explicações e palestras, mas podendo ser transmitida de maneira informal, através das próprias atividades desenvolvidas nos ambientes naturais, como trilhas, observação de fauna e flora, entre outros. Assim, temos o ecoturismo como uma estratégia privilegiada de educação.

Por fim, de acordo com Sônia Kinker (2002, p. 09):

O ecoturismo é um segmento relativamente novo do turismo de natureza. O que o diferencia dos outros é que ele abrange, em sua conceituação, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais, a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável.

De acordo com dados da EMBRATUR, o ecoturismo apresenta, desde o começo do século, um crescente aumento nas taxas globais. Comparado ao crescimento do turismo em geral, é notável que essa modalidade surge como um produto altamente promissor (Queiroz, 2021). A EMBRATUR (2002) ainda afirma que o crescimento do apelo turístico baseado na preservação e conservação da natureza (a fauna e a flora) pelos países de primeiro mundo coloca o Brasil na vanguarda como destino turístico. Assim, diante das informações expostas, no começo dos anos 2000, o turismo realizado nas áreas naturais era um segmento promissor, por acompanhar todo o pensamento ambientalista que estava tomando conta da realidade do mundo,

o que colocava o Brasil como um destino com grande potencial, juntamente com atividades como o turismo de aventura.

Outra prática muito realizada em áreas naturais, que possui algumas semelhanças com o ecoturismo, é o turismo de aventura, que se caracteriza por envolver atividades de aventura, geralmente relacionadas diretamente com a natureza e praticadas nela, sendo esse o principal aspecto em comum entre os dois segmentos.

Para Dawling (1997, Apud Richard et al, 2004, p.201), existem dois tipos de turismo: o turismo de massa e o turismo alternativo. Seguindo essa lógica, o turismo de aventura se classifica como uma forma de turismo alternativo, com grande potencial de crescimento e desenvolvimento, devido às suas características de ser realizado em áreas naturais e envolver práticas esportivas que incluem a natureza, como rafting, parapente e bungee jumping, por exemplo. De acordo com a definição da EMBRATUR (2002), turismo de aventura é toda aquela atividade de aventura e esporte recreacional, praticada em ambientes naturais e/ou espaços urbanos ao ar livre, que envolve emoções e riscos controlados, utilizando técnicas e equipamentos específicos para garantir a segurança de seus praticantes, respeitando também o patrimônio ambiental e sociocultural.

5.3. A prática do Ecoturismo em UCs

Podemos afirmar que a matéria-prima do turismo é o espaço geográfico e tudo o que nele está presente, como a cultura, a história, a sociedade, a natureza e seus artefatos. Assim, cada característica que compõe esse espaço se torna, a partir do turismo, um produto com potencial para atrair pessoas de diferentes localidades que buscam conhecer e ter um contato, mesmo que mínimo, com algo incomum ou que simplesmente esteja fora do habitual. O turista procura o novo, e é possível encontrar isso em diversas localidades.

Diante do exposto, podemos afirmar que o Brasil é um país com notável potencial turístico, possuindo uma grande extensão territorial, com cerca de 8.514.877 km², o quinto maior do planeta, e sendo também o país com a maior biodiversidade da Terra. Assim, é possível encontrar no território brasileiro uma excepcional variedade de riquezas naturais, presentes nos seis biomas brasileiros: a Floresta

Amazônica, a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal (IBGE, 2024). Dessa forma, temos a natureza como um produto a ser ofertado e consumido, mediante investimento em sua conservação e preservação, o que, consequentemente, gerará um aumento no número de turistas em busca desse tipo de experiência (Silva, 2013). Dado o crescente interesse em conhecer essas áreas, haverá a possibilidade de conscientização sobre a sustentabilidade dos recursos ambientais (Scherer; Pessoa; Lanzer, 2012).

É de extrema importância que essas áreas mencionadas sejam administradas de maneira responsável, visando sua conservação e preservação, diante da relevância socioambiental que tais biomas representam para o mundo. A perda desses biomas seria uma ameaça à continuidade da vida humana. Por exemplo, a perda da biodiversidade nos biomas brasileiros, como o desmatamento e as queimadas na Amazônia, tem afetado as mudanças climáticas globais (Shukla; Nobre; Sellers, 1990), resultando no derretimento das calotas polares e geleiras, elevando o nível do mar e, por consequência, ameaçando alguns ecossistemas.

Com isso, o poder público tem o dever de proteger essas áreas e garantir que a biodiversidade brasileira não fique ameaçada, correndo o risco de extinção, como já ocorreu com inúmeras espécies da fauna e flora endêmicas do território brasileiro. Como estratégia administrativa para proteger essas áreas e alcançar os Objetivos Nacionais de Conservação, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela lei 9.985/00, que dá origem às Unidades de Conservação (UCs) (Kinker, 2002).

As UCs são áreas naturais ou seminaturais espalhadas pelo território brasileiro, com limites definidos e que possuem um regime especial de administração, estabelecido por políticas públicas instituídas legalmente pelo poder público. Assim, as UCs são espaços protegidos, conforme a lei e supervisão, devido ao seu caráter natural ou cultural relevante. No Brasil, existem inúmeras UCs espalhadas pelo território nacional, com o objetivo de conservar e preservar tais ambientes. Foram criadas duas formas de manejo para esses territórios: 1. Unidades de Conservação de Proteção Integral, cujo principal objetivo é a proteção das áreas naturais, com o mínimo de contato e influência humana; e 2. Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que buscam conciliar e equilibrar a presença humana com as práticas de produção e a proteção socioambiental (Kinker, 2002).

A visitação turística é permitida na maioria das categorias de UCs e pode ser realizada em todas elas, especialmente para fins educacionais e com um viés sustentável. O ecoturismo, que tem um caráter sustentável e busca impactar minimamente o ambiente em que se insere, pode ser desenvolvido em ambas as categorias de manejo existentes.

Para melhor compreensão, a Unidade de Proteção Integral é aquela em que o objetivo básico é preservar a natureza, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais presentes nessas áreas. As UCs de Proteção Integral são divididas em cinco subcategorias: 1. Estação Ecológica; 2. Reserva Biológica; 3. Parque Nacional; 4. Monumento Natural; e 5. Refúgio da Vida Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo básico estabelecer a conservação da natureza, com a possibilidade de uso sustentável de parcelas de seus recursos naturais. Esta categoria é dividida em sete subcategorias: 1. Área de Proteção Ambiental; 2. Área de Relevante Interesse Ecológico; 3. Floresta Nacional; 4. Reserva Extrativista; 5. Reserva de Fauna; 6. Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e 7. Reserva Particular do Patrimônio Natural (Benjamin, 2006).

A atividade turística, considerando a forma de manejo dos territórios que fazem parte das UCs e a representação do preservacionismo e da sustentabilidade necessária nessas áreas, viu uma oportunidade de criar e desenvolver uma forma de turismo que representa uma alternativa ao turismo massificado. Assim, possibilitou o desenvolvimento de uma atividade que proporciona a fuga de centros urbanos e a movimentação intensa presente nesses ambientes.

Dessa forma, foi possível unir a ideia do ecoturismo com os ideais que compõem e representam as UCs, gerando uma relação de troca benéfica para ambas as partes. À medida que as Unidades de Conservação são utilizadas e exploradas de maneira responsável, o turismo se desenvolve, agregando valor às localidades e suas características físicas, naturais e sociais. Isso promove, juntamente com as visitas, uma maior responsabilidade e crescente respeito pelo meio ambiente. O ecoturismo praticado nas UCs é, portanto, uma alternativa ao turismo de massa, apresentando afinidade com os objetivos das UCs de uso sustentável, especialmente os Parques Nacionais (Kinker, 2002).

Com a prática do ecoturismo nas UCs de uso sustentável, podemos identificar diversas vantagens que essa atividade pode trazer, tanto para a UC em si quanto para a comunidade local e do entorno, desde que seja praticada de forma planejada

e equilibrada. Por exemplo, há a possibilidade de desenvolvimento econômico para ambas as partes, gerando renda e movimentando a economia local, por meio da participação dos moradores locais no desenvolvimento das atividades, o que contempla uma das premissas do ecoturismo. Isso poderá proporcionar estabilidade econômica para a comunidade local, além de um possível desenvolvimento das próprias UCs, que poderão investir em infraestrutura, segurança e formas de manejo da atividade turística, estabelecendo-se como um polo turístico local. Tudo isso em conjunto com a ideia de desenvolvimento sustentável, visando o equilíbrio entre essa prática e a proteção ambiental.

Outra oportunidade possível é a sensibilização ambiental, que poderá ser transmitida aos visitantes a partir da experiência de estar momentaneamente inserido na natureza, além da educação ambiental (Kinker, 2002). Essa abordagem é uma forma de conscientizar as pessoas sobre a importância do meio ambiente em nossas vidas e sobre como os impactos negativos nesses ambientes podem afetar, de maneira gradual, mas fatal, a vida presente na natureza.

5.4. Ecoturismo a partir de Trilhas

Conforme supracitado, o ecoturismo é a prática turística em meio à natureza, utilizando como atrativos turísticos os elementos naturais que compõem o local. Exemplos de atividades ecoturísticas incluem a realização de trilhas, a contemplação da paisagem, o mergulho, o cicloturismo, caiaque, canoagem, observação de aves, entre outras. Todas essas atividades têm como característica principal o contato direto com a natureza. De acordo com Silveira (1996, p. 125), na prática das trilhas, "a relação com o meio natural é direta, implicando que os praticantes têm interações de outra ordem com a ambiência, envolvendo questões como risco e limite". Assim, dependendo do nível de dificuldade da trilha, é possível considerá-la uma atividade ecoturística ou até mesmo uma atividade de turismo de aventura.

A realização de uma trilha como atividade turística possui grande potencial, uma vez que envolve diversas motivações, como o contato com a natureza e o desconhecido, a fuga do cotidiano (especialmente urbano), a busca pelo inusitado e a possibilidade de adquirir conhecimentos a partir desse contato direto. Essa atividade, se desenvolvida de maneira sustentável, surge como uma alternativa ao

turismo de massa, que gera grandes e irreversíveis impactos à sociedade, ao meio ambiente e à cultura local. Assim, a trilha se apresenta como uma importante opção para combater o turismo massivo, propondo a prática de atividades sustentáveis e considerando a importância do ambiente natural e de tudo o que o compõe.

Dentro da prática das trilhas, também é possível realizar uma educação ambiental de forma informal, através do contato direto com a natureza, da observação e da troca de experiências entre os praticantes. Dessa forma, a prática da trilha se torna uma estratégia privilegiada de educação ambiental (Hintze, 2013). Como já mencionado, as trilhas surgem como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, que busca desenvolver a sociedade atual utilizando os recursos disponíveis, mas sem esgotá-los, para que as próximas gerações também possam usufruir deles e garantir sua sobrevivência (ONU, 1983).

Portanto, a possibilidade de desenvolver o turismo nas Unidades de Conservação (UCs), a partir da realização de trilhas de maneira controlada, alinha-se aos objetivos pré-estabelecidos tanto das atividades realizadas nessas áreas quanto às premissas do ecoturismo, tornando-se uma opção viável para promover o turismo na natureza. Um exemplo significativo é a trilha ecológica do Cavalo Marinho, localizada no município de Cajueiro da Praia/PI, que, segundo Barbosa e Perinotto (2010, p.53), "pode ser considerada uma opção eco-turística, que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista."

As trilhas, portanto, são uma atividade base e referência para o turismo em áreas naturais, pois, por meio dessa prática, é possível realizar diversos tipos de atividades com a natureza, visando à recreação e à aplicação da educação ambiental. Segundo o Manual de Construção e Manutenção de Trilhas, elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), as trilhas de recreação ou de uso público são acessíveis a todos e nos permitem reconectar com nossas raízes primitivas. Elas oferecem uma forma de extrair significado em um mundo cada vez mais dominado por automóveis, calçadas e concreto. Essas trilhas valorizam nossa herança natural, promovem o contato com ambientes selvagens, confortam a alma, desafiam o corpo e proporcionam a oportunidade de praticar habilidades pouco exigidas em nosso cotidiano (SEMIL, 2009).

Dessa forma, a realização de trilhas é uma das principais atividades turísticas praticadas em áreas naturais. Se bem planejada e desenvolvida, essa atividade

promove a educação ambiental e o envolvimento da comunidade local, visando a minimização dos impactos no ambiente natural e, por consequência, alinhando-se às premissas estipuladas pelo ecoturismo e pelo plano de manejo das UCs.

5.5. As trilhas e sua manutenção

Em seu significado etimológico, a trilha é definida como "vestígio; pista que, ao passar, é deixada por animal ou por alguém" e "caminho rústico, normalmente estreito e repleto de obstáculos: trilha na mata" (Dicionário Online de Português, 2024). No entanto, é importante entender que existem trilhas naturais, que surgem involuntariamente, e trilhas planejadas, que são pensadas e construídas de acordo com a necessidade humana.

Os principais aspectos que tornam uma trilha atrativa e segura são o nível de dificuldade (que depende da estrutura da trilha e da quilometragem estabelecida), as sinalizações presentes e os pontos de encontro, sejam eles positivos ou negativos, que aparecem ao longo do percurso. A trilha sempre envolve algum tipo de motivação para sua realização, e, na maioria dos casos, essa motivação está relacionada às belezas cênicas que poderão ser encontradas durante o percurso ou ao final dele. (Nunes, Oliveira e Wildhagen, 2021)

Para a criação e desenvolvimento de uma trilha, é necessário elaborar um projeto de implementação, visto que a construção de uma trilha gera, mesmo que minimamente, alguns impactos na região. Portanto, é essencial estudar a viabilidade da trilha em termos de criação e manutenção. Isso inclui uma análise do solo presente no local, da vegetação ao redor e dos animais que habitam a área em que a trilha será inserida, já que esses fatores influenciam a construção, preservação e manutenção da trilha (SEMIL, 2009).

Os principais fatores que compõem e influenciam a preservação ou não da trilha são: 1. Terra, 2. Água e 3. Gravidade. O tipo de solo é a base da trilha, enquanto a água pode alterar o estado físico da terra, e, juntamente com a força da gravidade, tem o poder de erodir a trilha. No entanto, esse poder erosivo depende da quantidade de água envolvida e da velocidade com que ela se movimenta. Portanto, é necessário estudar o tipo de solo presente e suas propriedades em estado seco, úmido e até mesmo líquido, conhecer a profundidade do solo e verificar se ele está sobre algum

leito rochoso, além de ter conhecimento do índice pluviométrico da região. Com essa análise, é possível estabelecer o percurso da trilha, visando melhor estabilidade e conservação, minimizando a necessidade de manutenção ao longo do tempo (SEMIL, 2009).

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. Trilha de Travessia

De acordo com o atual gestor do parque, não há informações claras acerca da origem da trilha de travessia, indicando que sua formação pode ter ocorrido em decorrência da existência prévia de um caminho. Além disso, o gestor destaca não ter conhecimento sobre um estudo técnico referente à elaboração da trilha, afirmando ter conhecimento apenas do shape da mesma (Gestor 1, 2024). Contudo, após realizar buscas nos arquivos do parque, o mesmo relata não encontrar o documento com o shape de referência, não sendo possível anexá-lo no atual trabalho.

A trilha de referência dessa pesquisa, nomeada e conhecida como Trilha de Travessia, é uma trilha que está localizada no Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Curucutu, com distância de 16,5 km (Quilometragem referente apenas a ida), e tempo estimado de percurso de 12h.

Recentemente, em 9 de março de 2024, foi realizada uma visita ao NCR com o objetivo de verificar a infraestrutura do parque, incluindo a estrada de acesso e a sede, além de investigar e coletar imagens sobre a atual situação da Trilha de Travessia. Durante a visita, foi possível constatar que a trilha se encontra em desuso, resultando na obstrução do trajeto pela vegetação local. Assim, não há mais um percurso aberto que possibilite a análise de uso, conforme ilustrado na Figura 08 a seguir:

Figura 7 - Início da Trilha de Travessia



Fonte: Autoria própria, 2024.

Na presente imagem, a bifurcação à direita seria o começo da Trilha de Travessia, e a bifurcação à esquerda leva a outra trilha, conhecida como Trilha da Capelinha. É possível identificar que a partir desse ponto, a Trilha de Travessia tem um começo direcionado, mas poucos metros adiante a vegetação da área, a qual a princípio é uma vegetação rasteira, já obstruiu o trajeto não sendo possível dar continuidade e levando em conta que a trilha passa por regiões de mata fechada, impossibilitando a exploração sem o devido preparo.

Em relação a infraestrutura de acesso e a estrutura turística do parque, foi possível identificar que o trajeto conta com várias placas informativas ao longo do caminho, além de um ponto de entrada bem sinalizado no NCR, conforme demonstrado na Figura 09 abaixo:

Figura 8 - Placas informativas na estrada de acesso ao NCR



Fonte: Autoria própria, 2024.

Na sede há uma área estruturada, que é o centro de convivência (Figura 10), em que dispõe de uma cozinha equipada com fogão, freezer e banheiro masculino e feminino.

Figura 9 - Centro de convivência do Núcleo Curucutu



Fonte: Autoria própria, 2024.

Conforme relatado pelo gestor e pelos monitores do parque, a Trilha de Travessia encontra-se em desuso desde 2015, ano em que foi realizada uma descida-teste, que representa a última excursão realizada de forma regular. Desde então, a trilha não recebeu manutenção, resultando na total obstrução do percurso e na falta de infraestrutura e sinalização informativa (Entrevistado 2, 2024). Como consequência, a condição atual da trilha é de inacessibilidade.

É importante destacar também que a trilha de travessia nunca foi oficialmente aberta para uso público, sendo assim, nunca esteve disponível no site do NCR, como as demais trilhas estão, todavia houveram grupos que com o consentimento da gestão do parque realizaram o trajeto, e há também relatos de grupos que realizaram de forma ilegal, ou seja, pessoas que entravam na mata por conta própria.

Em relação aos grupos que realizam o percurso irregularmente, o Gestor 1 informa que desde que começou a trabalhar no Parque, existiram muitas ocorrências

de pessoas que entraram na mata para realizar o percurso de forma ilegal, e acabaram se perdendo no caminho, sendo necessário solicitar o resgate. O gestor afirma o seguinte 'eu tô desde 2014 e já perdi a conta de quantas vezes eu fui com o COI e Corpo de Bombeiros, e com a Ambiental para retirar pessoas perdidas na mata' (Gestor 1, 2024). Além disso, o gestor reconhece que, independentemente da condição da trilha, há pessoas que se arriscam indevidamente na mata para realizar esse percurso. Dessa forma, considera-se uma demanda importante, em prol da segurança dessas pessoas, que a trilha seja devidamente estruturada e aberta oficialmente, conforme afirma em sua fala: " ideia dessa trilha é você fazer uma coisa oficial e tirar essas pessoas das trilhas ilegais, essa seria a demanda" (Gestor 1, 2024).

Por outro lado, houve grupos que realizaram a Trilha de Travessia de forma regular, entrando em contato com a gestão do parque para solicitar a devida permissão. Contudo, como já mencionado, a gestão informou que a última excursão regular na Trilha de Travessia ocorreu em 2015. De acordo com registros, na data do dia 11 de outubro de 2015, o percurso foi realizado por um grupo de 14 pessoas, sendo 12 convidados e 2 guias (monitores do NCR), estes com conhecimento e preparo adequado para realização da travessia. A saída estava prevista para ocorrer às 4h da manhã, com chegada estimada para as 16h do mesmo dia (Empresa 1, 2024). Essa excursão foi organizada por uma agência de turismo, que usaremos como codinome de referência 'Empresa 1', com o intuito de realizar uma descida-teste. O objetivo dessa atividade foi avaliar a viabilidade do percurso em grupo, além de verificar as condições de manutenção da trilha, a segurança envolvida e a experiência geral em relação a uma trilha de alta dificuldade (Gestor 1, 2024).

Para compreender melhor sobre essa experiência, foi possível contatar um dos participantes da descida-teste, que compartilhou um relato elaborado na época da excursão. No texto, ele descreve a rotina do dia da excursão, mencionando os horários, sobre dificuldade enfrentadas e também sobre a quilometragem percorrida:

(...) acordamos cedo, preparamos nosso café e andamos até o centro para encontrar com a Van e o resto da galera. Partimos pro Curucutu às 4h30 da manhã. (...) Faltando uns 2 km pra acabar, escurece. O resto da trilha foi feito no escuro e com todo mundo já se arrastando (...) muito cansativo.(...) Ao chegar na base em Itanhaém, após 16 km de trilha, um alívio absurdo. Chegamos. Todo mundo quebrado, mas chegamos!! (ENTREVISTADO 1, 2024).

No entanto, enfatiza que a preparação dos monitores foi crucial para acalmar e encorajar o grupo na finalização do percurso, mesmo no escuro:

(...) os caras extremamente profissionais nos tranquilizaram e tudo deu certo". Finaliza afirmando: "Uma experiência incrível, mas não sei se faria de novo. Depois disso, estou pronto para muitos mais desafios que pré-julgo difíceis (ENTREVISTADO 1, 2024).

Levando esse relato em consideração, podemos compreender que por se tratar de uma trilha de dificuldade alta, existem vários riscos possíveis no seu percurso, os quais impossibilitaram a abertura oficial da trilha na época da descida-teste, conforme afirma o gestor entrevistado. O gestor menciona que, por se tratar de uma trilha com 12 horas de caminhada, há a possibilidade de encontrar animais peçonhentos e cabeças d'água ao longo do percurso. Portanto, não basta apenas abrir a trilha para a realização da atividade; é necessário estruturar adequadamente o caminho, realizar manutenções constantes, instalar placas informativas e definir claramente o traçado da trilha. Além disso, é fundamental estabelecer parcerias entre os monitores do parque e as equipes de resgate da região, que precisariam estar prontamente disponíveis em casos de emergência (Gestor 1, 2024).

Além da segurança dos praticantes da trilha, outro aspecto que impede a abertura do percurso é a questão fundiária. O final da trilha atual atravessa uma propriedade particular, o que torna necessário redesenhar o trajeto para evitar o deslocamento em áreas privadas (Gestor 1, 2024).

Considerando as circunstâncias que dificultam a abertura da trilha, torna-se imprescindível realizar um levantamento das fontes de financiamento e dos recursos recebidos pelo parque. A implementação de uma trilha de alta performance implicará custos significativos, que abrangem a aquisição de equipamentos, a contratação de uma equipe qualificada, a instalação de placas informativas e a divulgação do percurso para atrair novos praticantes. Além disso, é importante ressaltar que, ao longo do tempo, serão necessárias manutenções frequentes para evitar que a vegetação ao redor obstrua a trilha, buscando garantir a segurança dos turistas. Portanto, evidencia-se a necessidade de um investimento inicial, como também, de recursos contínuos.

Conforme aponta o Gestor 1, as principais fontes de financiamento do parque, atualmente, são provenientes da Fundação Florestal, através da Câmara de Compensação Ambiental. Segundo Bittencourt (2022), a compensação ambiental é uma ferramenta que permite às empresas mitigar os danos causados ao meio ambiente, alinhando-se aos princípios do Poluidor-Pagador. Essa abordagem possibilita a remoção do caráter ilícito associado ao dano ambiental, desde que a indenização correspondente seja devidamente paga.

Dessa forma, a Fundação recebe recursos de grandes empresas, o que permite reinvestir esses montantes na gestão dos Parques Estaduais e em outras iniciativas.

Por fim, o Gestor 1 informa que está, de fato, em seus planos a abertura da trilha de travessia. No entanto, devido à situação atual da percurso, será necessário realizar várias ações, tanto teóricas quanto práticas, para adequá-la a uma trilha regularizada e estruturada. Portanto, o ideal seria elaborar um documento ou projeto de implementação da trilha de travessia, que contenha todas as informações referentes às ações necessárias para a abertura da trilha, o estudo para a criação de um novo traçado (SHAPE) e a análise dos impactos positivos e negativos no ambiente que a trilha irá atravessar (Gestor 1, 2024).

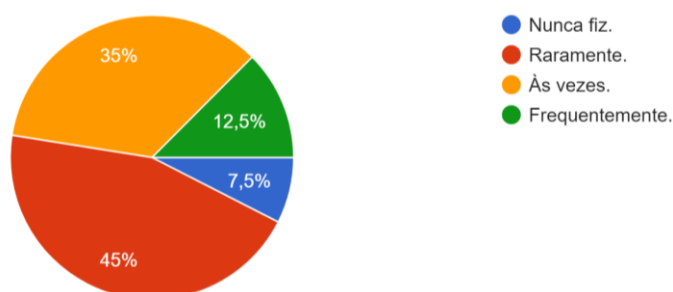
6.2. Compreendendo o interesse da demanda turística pela abertura da trilha

A partir da grande importância da área em que a Trilha de Travessia se encontra, foi realizado um estudo em relação a viabilidade de abertura da mesma, tendo em vista levantar os aspectos negativos e positivos sobre essa ação, e entender se com a abertura de tal, teria demanda suficiente para manter a trilha aberta, levando em conta a manutenção necessária e a segurança para com os praticantes.

O formulário aplicado teve um alcance de 40 pessoas, estas entre as idades de 19 e 53 anos, onde sua maioria teria 25 anos (11 pessoas) e 26 anos (6 pessoas). O formulário abrangeu pessoas de 17 municípios distintos, e 4 estados diferentes, sendo esses: São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Para melhor compreensão do perfil dos respondentes em relação à frequência na prática de trilhas, observa-se que, conforme as respostas do formulário, 18 pessoas (45%) realizam a atividade raramente, 14 pessoas (35%) fazem-no às vezes, 5 pessoas (12,5%) praticam com frequência e 3 pessoas (7,5%) nunca realizaram a atividade. Dessa forma, conforme demonstra o Gráfico 01 abaixo, conclui-se que a maioria do público (92,5%) já participou de pelo menos uma trilha ao longo da vida.

Gráfico 1 - Frequência de realização de trilhas



Fonte: Autoria própria, 2024.

A principal motivação para a visita ao PESM - NCR, seria a busca pelo contato com a natureza. Para melhor visualização e compreensão das respostas, foi elaborada uma nuvem de palavras, construída a partir das respostas dos formulários, vinculada à pergunta 'Quais os principais motivos que te levou/levaria a visitar o PESM – NC?', em que as palavras mais recorrentes nas respostas contidas, ficam centralizadas, em maior tamanho, e em cores mais intensas, enquanto as menos recorrentes aparecem com tamanho reduzido e cores mais claras, como segue na Figura 11 a seguir:

Figura 10 - Nuvem de Palavras sobre as motivações de visitação ao NCR.



Fonte: Wordclouds, 2024.

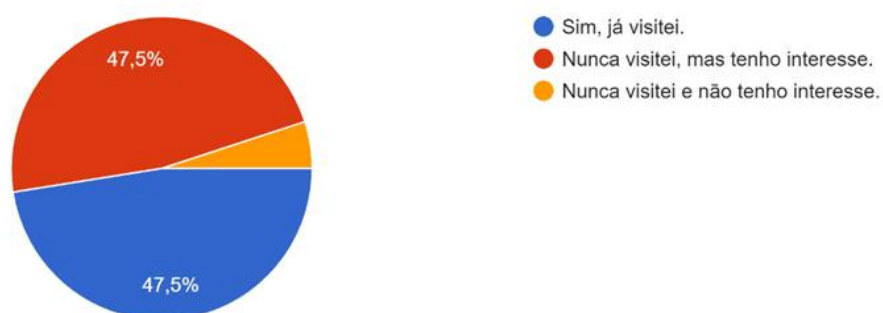
De acordo com a nuvem de palavras criada, podemos notar que as palavras mais recorrentes nas respostas e que conseqüentemente estão em destaque são, na sequência 1. Natureza, 2. Contato, 3. Conhecer e 4. Trilha, sendo evidente, portanto, que essas motivações estão ligadas ao turismo na natureza, destacando a potencialidade das trilhas como uma atividade ecoturística e seu papel em atrair novos visitantes. De acordo com estudos, observa-se um crescimento na procura pelo turismo sustentável, que está interligado à sensibilização dos turistas sobre os efeitos negativos que suas férias podem ter em determinadas localidades (Lacher, 2012). Esse aspecto pode contribuir significativamente para o aumento da demanda de visitação no parque.

Outro aspecto a ser analisado é o aumento do destaque e da notoriedade do ecoturismo após a pandemia de COVID-19. Durante esse período, muitos destinos de turismo de massa enfrentaram colapsos, enquanto o turismo na natureza se tornou um pioneiro na retomada das atividades turísticas. Observou-se uma transformação no perfil dos viajantes, que começaram a priorizar destinos naturais (Pantuffi e

Perussi, 2021). Esse fenômeno reflete o crescimento do turismo em áreas naturais e pode ser utilizado para uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Dando um enfoque maior sobre o Núcleo Curucutu e a Trilha de Travessia, em relação a visita atual do NCR, foi possível observar que dos 40 respondentes, 47,5 % (19 pessoas) já visitaram o NC, 47,5 % (19 pessoas) nunca visitaram mas tem interesse e apenas 5% (2 pessoas) não visitou e não tem interesse em visitar, como segue no Gráfico 02 a seguir:

Gráfico 2 - Interesse em visitar o Parque Estadual Serra do Mar

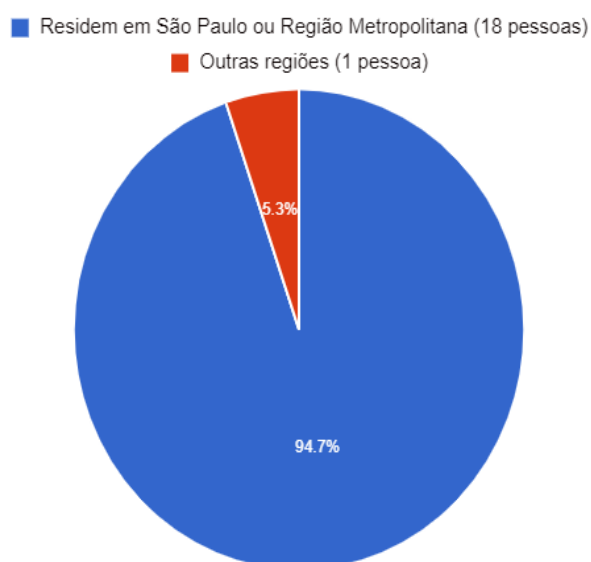


Fonte: Autoria própria, 2024.

Partindo desses resultados, será realizada uma análise mais específica de cada uma dessas porcentagens, para que seja possível compreender sobre o perfil dos que já visitaram, dos que não visitaram, mas têm interesse, e também daqueles que não tem interesse em realizar a visita ao NCR.

Primeiramente dando um enfoque maior aos 47,5% (19 pessoas) que *já visitaram o NC*, temos que 94,7% destas pessoas residem em São Paulo ou na região metropolitana paulista, e apenas 5,3% residem em outras regiões. Segue Gráfico 03 a seguir para melhor visualização:

Gráfico 3 - Localidade dos visitantes do PESM - NCR



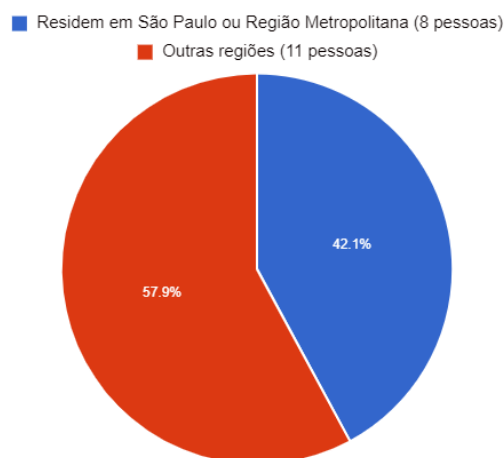
Fonte: Autoria própria, 2024.

Diante disso, podemos identificar que o NCR atualmente possui um potencial turístico local, ou seja, que atrai em sua maioria pessoas que residem ao redor ou próximo ao NCR. Para Buarque (1999), o turismo voltado para o desenvolvimento local é definido como uma viagem de lazer e entretenimento que objetiva a melhoria da qualidade de vida da localidade turística, com respeito ao meio ambiente e que proporcione trabalho e renda para a população residente. Nesse sentido, compreende-se que o NCR não se configura como um lugar turístico de notoriedade e referência nacional para a prática de atividades de ecoturismo e turismo de aventura, como é o caso, por exemplo, da Travessia Petrópolis x Teresópolis (também conhecida como Travessia PARNASO), que é considerada um atrativo de referência para praticantes de caminhada e montanhismo, sendo conhecida nacionalmente (ICMBio, 2024), no entanto, o NCR pode contribuir positivamente para o desenvolvimento local.

Seguindo com a análise do Gráfico 04, contudo dando um enfoque maior na amostra de 19 pessoas que responderam que *nunca visitaram o PESM – Núcleo Curucutu, mas tem interesse em visitar*, é possível identificar tais pessoas como um potencial de futuros visitantes, o que poderá colaborar para o aumento da demanda turística do NCR, e com isso é de extrema importância entender melhor o perfil dos mesmos. Identificou-se que a faixa etária dessas 19 pessoas está entre 17 a 28 anos, sendo um público jovem. Em relação a localização de moradia dos respondentes,

conforme o Gráfico 04 abaixo, identificou-se que 42,10% residem em São Paulo ou Região Metropolitana, e 57,90% moram em outras regiões, sendo um cenário oposto ao cenário dos que já visitaram o NCR, com isso é possível reafirmar que o PESH - NCR tem um potencial turístico local, e que por mais que pessoas de outras regiões tenham interesse na visita ao parque, efetivamente residentes da região e do entorno são o atual público do PESH - NCR.

Gráfico 4 - Localidade dos interessados em visitar o PESH - NCR



Fonte: Autoria própria, 2024.

Ainda que esses futuros visitantes sejam de localidades mais distantes, e consequentemente a maioria deles não conheçam a Trilha de Travessia (63,15%), temos que 100% dos mesmos demonstraram interesse em realizar o percurso, sendo possível vincular assim a potencialidade da Trilha de Travessia e o possível aumento de visitação no PESH - NCR.

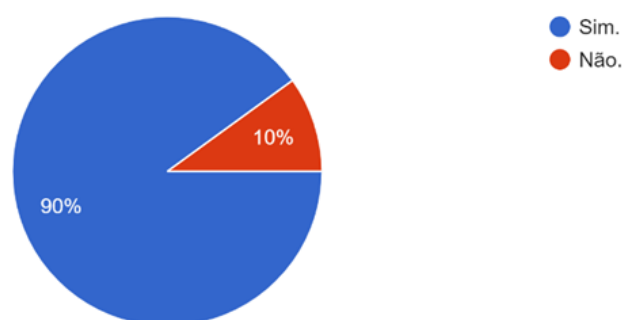
Para encerrar a análise deste gráfico, observamos, sob uma perspectiva mais ampla, os respondentes que afirmaram não conhecer o Núcleo Curucutu (NCR) e não ter interesse em visitá-lo. Esta amostra é composta por apenas duas pessoas, ambas oriundas de regiões distantes do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Curucutu (PESH - NCR), sendo uma de Rosana - SP e a outra de Ribeirão Pires - SP. Uma delas nunca praticou trilhas, enquanto a segunda afirmou que raramente realiza essa atividade. Ambas manifestaram desinteresse em realizar o percurso da Trilha de Travessia. Compreende-se, portanto, que essas respostas estão relacionadas a indivíduos que não estão habituados à prática de trilhas e, consequentemente, não

demonstram interesse em visitar o NCR, considerando que a principal atividade do parque é a realização de trilhas.

Dando sequência, identificamos que 26 do total de respondentes (65%) estão cientes da existência da trilha; no entanto, apenas 9 destes efetivamente realizaram o percurso. Além disso, 15 do total de respondentes (37,5%) consideram as trilhas atuais do parque seguras e atrativas. As principais dificuldades mencionadas para a realização dessas trilhas foram, em ordem: condicionamento físico, relevo, obstáculos naturais, distância do percurso e falta de infraestrutura.

Por fim, em relação à pergunta principal do formulário sobre o interesse dos respondentes em realizar o percurso da trilha de travessia, constatamos que 90% demonstraram interesse em participar da atividade, enquanto apenas 10% não manifestaram interesse, conforme ilustrado no Gráfico 05 a seguir:

Gráfico 5 - Interessados em realizar a Trilha de Travessia



Fonte: Autoria própria, 2024.

Assim, com base nos resultados obtidos por meio do formulário, conclui-se que, embora a Trilha de Travessia não seja amplamente conhecida em nível nacional, há uma demanda local significativa para sua realização, com 90% dos respondentes demonstrando interesse em percorrê-la.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo proposto neste trabalho, procurou-se responder à seguinte pergunta: é viável ou não a abertura da trilha de travessia para uso turístico, e quais seriam suas vantagens e desvantagens, considerando a possibilidade de aumento da visitação no Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Curucutu (PESM-NCR)? A

análise dos dados coletados indica que a abertura da trilha é viável, uma vez que a gestão do Núcleo Curucutu (NCR) demonstra interesse em regularizá-la e há uma demanda significativa para a realização do percurso. Essa iniciativa poderá trazer diversos benefícios, tanto para o Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Curucutu (PESM-NCR) quanto para a comunidade local e os visitantes, além de fomentar a prática do ecoturismo.

Dentre as vantagens associadas à abertura oficial da trilha, destaca-se o interesse manifestado pelo público, com 90% dos respondentes do formulário afirmando ter interesse em realizar o percurso. Assim, esse novo atrativo poderá contribuir para o aumento da demanda de visitação no Núcleo Curucutu, elevando sua visibilidade. Consequentemente, há potencial para incremento na geração de emprego e renda para a comunidade local, considerando ainda a existência de projetos voltados à preparação e inclusão desses moradores nas atividades do Núcleo, além de gerar receita para a manutenção do próprio parque.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a questão da segurança. Atualmente, muitas pessoas se aventuram a entrar na mata e realizar a trilha de forma irregular, o que representa riscos significativos, como a possibilidade de se perderem ou se ferirem, exigindo ações de resgate. Com a oficialização da trilha, esses riscos podem ser minimizados, uma vez que a gestão do parque deverá disponibilizar a infraestrutura necessária e profissionais capacitados.

Entretanto, apesar das inúmeras vantagens apontadas, é imprescindível implementar ações que tornem a trilha sustentável do ponto de vista ecológico, segura e em conformidade com a legislação de proteção ambiental. Os dados levantados sobre a infraestrutura atual da trilha revelam algumas questões que precisam ser abordadas. A primeira diz respeito à questão fundiária, uma vez que o traçado atual do percurso atravessa uma propriedade privada. Portanto, a recriação do "shape" (desenho do percurso), evitando propriedades particulares, será essencial para assegurar a gestão autônoma do parque em relação à trilha, garantindo seu uso público.

Além disso, é necessário considerar que a trilha está em desuso desde 2015, resultando em um percurso totalmente obstruído pela vegetação. Para sua reabertura, serão necessárias ações de limpeza do trajeto de maneira sustentável e a instalação de sinalização adequada, como totens e placas informativas, além do treinamento da equipe responsável. Para que essas intervenções sejam realizadas

de forma regular e ecológica, é imprescindível a elaboração de um estudo técnico e a incorporação da trilha no plano de manejo do parque, uma vez que esse é o documento que formalizaria o projeto de implementação da trilha. Para tais ações, tanto teóricas quanto práticas, serão necessários investimentos, ou seja, haverá gastos para que a abertura seja realizada. Sabe-se que o PESM tem como principal fonte de financiamento a Fundação Florestal, por meio da Câmara de Compensação Ambiental, o que possibilitará a solicitação de recursos para a formalização do projeto. Uma vez cumpridas essas etapas, a abertura da trilha de travessia poderá ser iniciada de maneira prática.

Por fim, caso todas as ações propostas sejam efetivadas, será possível criar um cenário ideal para que a trilha de travessia se torne um dos novos atrativos do Núcleo Curucutu, com potencial para atrair visitantes de diversas localidades, ampliando o fluxo turístico na região e possibilitando um turismo sustentável e de aventura para aqueles que se identificam com essa prática.

8. REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Lucia Bastos. Reflexões sobre a pesquisa qualitativa aplicada ao turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 599-613, 1 dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14265>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ANSARAH, Marilia Gomes dos Reis *et al.* **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999. 208 p.

BARBOSA, Andre Geisa Pereira *et al.* Trilha Ecológica do Cavalo-Marinho. **Rosados Ventos**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 45-55, jun. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547085005.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus Editora, 2023. 176 p. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/14792/pdf/0?code=XfRDd5txAaWQqVe176DgEWLmWGE7FmuKEW9QwTRli35w9YH4o+m3lNYK/8mcNSXZeWUGVEosXxSPPOcm+I9olw==>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BARROS, Francisco Sávio de Oliveira. Ecoturismo: uma alternativa de desenvolvimento sustentável para pequenas comunidades do sertão central cearense. **Turismo: Visão e Ação**, Santa Catarina, v. 6, n. 2, p. 151-168, maio 2004. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/issue/view/55>. Acesso em: 22 de maio 2024.

BELLATO, S. M. *et al.* Análise da suscetibilidade ambiental no núcleo Curucutu do Parque Estadual Serra do Mar (SP-Brasil). In: GERALDI, L. H. O. *et al.* (org.). **Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas**. Rio Claro: N/C, 2002. p. 93-105. Disponível em: http://www1.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/downloads/2002/analise_da.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

BENJAMIN, Antônio Herman *et al.* Introdução à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: BENJAMIN, Antônio Herman. **Direito Ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. Cap. 1. p. 276-316. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/178663/capitulo_introducao_lei_sistema_benjamin.pdf. Acesso em: 7 abr. 2024.

BITTENCOURT, Mário. **Compensação Ambiental**:: conheça os tipos, valores, como calcular, como é feita e muito mais!. conheça os tipos, valores, como calcular, como é feita e muito mais!. 2022. Blog Aegro. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/compensacao-ambiental/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Constituição (2000). **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. . Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 3 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BRASIL. Constituição (2012). **Lei Nº 12.651, de 2012**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRUHNS, Heloisa Turini. **A busca pela natureza**: turismo e aventura. Barueri: Manole, 2009. 191 p.

BUARQUE, Sérgio C. *et al.* **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: N/C, 1999. 104 p. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/07212021030353-metodologia.de.planejamento.do.desenvolvimento.local.e.municipal.sustentavel.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

BUENO, Cecília *et al.* **Ecoturismo responsável e seus fundamentos**. Rio de Janeiro: Technical Books, 2011. 256 p.

BUENO, Fernando Protti *et al.* Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. **Períodicos de UCS**, Caxias do Sul, p. 1-18, 8 jul. 2006. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT08-5.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

CASASOLA, Luis. **Turismo e Meio Ambiente**. São Paulo: Roca, 2003. 104 p.

CI-BRASIL, Conversation Internacional - Brasil. **Hotspots**: as regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta. As Regiões Biologicamente mais Ricas e Ameaçadas do Planeta. 1996. Disponível em: https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/capa_hotspots.pdf?sfvrsn=7b2ee9e1_2. Acesso em: 16 out. 2024.

DENCKER, Ada Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: As possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. 310 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/17239/Agnaldo%20Frattucci-Tese.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2023.

GARCIA, Ricardo José Francischetti; PIRANI, José Rubens. Análise sobre a interferência antrópica na origem dos campos do Núcleo Curucutu, Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 20, p. 131-151, 30 jun. 2005. Universidade de São Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40232/43098>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008

HINTZE, Hélio. **Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo?** Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 114 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil - território: biomas brasileiros**. Biomas Brasileiros. 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>. Acesso em: 29 maio 2024.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Brasileira. **Travessia Petrópolis - Teresópolis**. 2024. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/guia-do-visitante/mapas-e-enderecos/32-travessia-petropolis-teresopolis.html>. Acesso em: 17 maio 2023.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Campinas - Sp: Papirus Editora, 2002. 224 p. (Coleção Turismo).

LACHER, Richard Geoffrey. **Serious tourism and consumer preference for sustainable tourism certifications**. 2012. 24 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy Parks, Recreation And Tourism Management, School Of Clemson University, Carolina do Sul, 2012. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/1e6da5d8808f8d9eac1a67f907802e41/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750>. Acesso em: 10 set. 2024.

LAGE, Beatriz Helena. Segmentação do Mercado Turístico. **Revista Turismo em Análise**, [s. l], p. 61-74, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/64158/66846>. Acesso em: 9 set. 2023.

LEOPOLDI, Giovanna. Turismo em áreas protegidas aumenta 300% no Brasil, mas ainda é restrito a poucos destinos, revela estudo. 2021. Disponível em: <https://www.segs.com.br/mais/turismo-viagens/316513-turismo-em-areas->

protegidas-aumenta-30 0-no-brasil-mas-ainda-e-restrito-a-poucos-destinos-revela-estudo. Acesso em: 10 nov. 2022.

LÓPEZ-RICHARD, Victor; CHINÁGLIA, Clever Ricardo. Turismo de Aventura: conceitos e paradigmas fundamentais. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 199-215, nov. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/62667/65462>. Acesso em: 03 out. 2024.

MALAGOLI, Leo Ramos. **Diversidade e distribuição dos anfíbios anuros do núcleo Curucutu, Parque Estadual da Serra do Mar, SP**. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Zoologia, Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Unesp, Rio Claro, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/69feaff0-b996-4d57-b5c2-71af1a5c4029/content>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MCKERCHER, Bob. **Turismo de Natureza: planejamento e sustentabilidade**. São Paulo - Sp: Turismo Contexto, 2002. 303 p.

MENDONÇA, Karine. Ação para reabrir trilha do Farol de Cabeçudas. 2017. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/16508/acao-para-reabrir-trilha-do-farol-de-cabecudas#.Y6DcwHbMLIV>. Acesso em: 25 nov. 2022.

NUNES, Ana Carla; OLIVEIRA, Diogo Gonçalves de Souza de; WILDHAGEN, Giannina Maria do Espírito Santo. TRILHAS: motivações e percepções dos participantes de um grupo do estado do rio de janeiro. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 53, p. 63-83, 1 mar. 2021. Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta -UNISUAM. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/662/397>. Acesso em: 20 set. 2024.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **'Overtourism'? – Compreendendo e Gerenciando o Crescimento do Turismo Urbano além das Percepções**. Madri: New Unwto Publications, 2018. 60 p. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419999>. Acesso em: 17 mar. 2024.

PANAZZOLO, Flavia de Brito. Turismo de Massa: Um breve resgate histórico e a sua importância no contexto atual. **Periódicos da Ucs**, [s. l], p. 1-13, 2005. Disponível em: <https://fundacao.ucs.br/site/midia/arquivos/gt8-turismo-de-massa.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

PANTUFFI, Cláudia Martins; PERUSSI, Regina Ferraz. Comportamento do consumidor e sustentabilidade no turismo na pandemia da covid-19. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira et al (org.). **TURISMO E SAÚDE GLOBAL: pandemia, pandemônio e novos rumos para o setor no brasil e no mundo**. Ituiutaba - Mg: Barlavento, 2021. p. 70-108. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Bruno-Sousa-22/publication/351979573_O_turismo_nas_redes_sociais_e_o_impacto_do_excesso_de_informacoes_em_tempos_de_pandemia/links/60b35548299bf1f6d5853c6c/O-turismo-nas-redes-sociais-e-o-impacto-do-excesso-de-informacoes-em-tempos-de-pandemia.pdf#page=70. Acesso em: 11 set. 2024.

PORTUGUÊS, Dicio Dicionário Online de. **Significado de Trilha**. Online - Brasil: 7Gaus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/trilha/#:~:text=Significado%20de%20Trilha,de%20obst%C3%A1culos%3A%20trilha%20na%20mata..> Acesso em: 1 jun. 2024.

QUEIROZ, Ana Laura. **ESTADO DE MINAS - TURISMO: Ecoturismo poderia gerar quase 1 milhão de empregos, aponta estudo**. Minas Gerais, 19 jul. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/turismo/2021/07/19/interna_turismo,1288003/ecoturismo-poderia-gerar-quase-1-milhao-de-empregos-aponta-estudo.shtml. Acesso em: 30 mar. 2024.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Constituição (1997). Lei nº 9.866, de 28 de novembro de 1997. **Lei Nº 9.866, de 28 de Novembro de 1997**. São Paulo, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1997/lei-9866-28.11.1997.html>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SÃO PAULO. Instituto Florestal; Instituto EkosBrasil. Secretaria do Meio Ambiente (org.). **Parque Estadual da Serra do Mar: Plano de manejo**. São Paulo: N/C, 2008. 29 p. (Parte 1.). Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/fundacaoflorestal/2012/01/0.-P%C3%83%C2%A1ginas-Iniciais-.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

SCHERER, Lisiane et al. SEMINTUR, 7., 2012, Caxias do Sul. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Turismo e Paisagem: Relação complexa**. Caxias do Sul, 2012. 17 p. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/06/04_39_08_Scherer_Pessoa_Lanzer.pdf. Acesso em: 7 abr. 2024.

SEMIL. OLIVEIRA, Luiz Roberto Numa de; BARROS, Maria Isabel Amando de; BUCHIANERI, Viviane Coelho; BECK, Sergio (org.). **Manual de construção e manutenção de trilhas**. São Paulo: SMA, 2009. 171 p.

SHUKLA, J.; NOBRE, C.; SELLERS, P.. Amazon Deforestation and Climate Change. **Science**, [S.L.], v. 247, n. 4948, p. 1322-1325, 16 mar. 1990. American Association for the Advancement of Science (AAAS). Disponível em: <https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.247.4948.1322>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SILVA, Francisco. Revisão crítica ao produto turismo de (na) natureza em Portugal. **Revista da Uiips**, Santarém, v. 1, p. 136-155, maio 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Anabela-Vitorino/publication/262414697_Desenvolvimento_e_validacao_de_um_questionario_de_avaliacao_da_satisfacao_dos_alunos_com_o_docente_e_a_unidade_curricular_SADUC/links/0f317537a8f24c4c16000000/Desenvolvimento-e-validacao-de-um-questionario-de-avaliacao-da-satisfacao-dos-alunos-com-o-docente-e-a-unidade-curricular-SADUC.pdf#page=137. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. **Pelas trilhas da Ilha de Santa Catarina: ecoturismo e aventura**. 1996. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76961>. Acesso em: 10 abr. 2024.

THEOBALD, William F.. **Turismo Global**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002. 510 p.

TULIK, Olga. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 26-36, 11 nov. 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63088/65895>. Acesso em: 27 set. 2023.

Vilela, R. B., Ribeiro, A., & Batista, N. A. (2020). **Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo**: Uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde. *Millenium*, 2(11), p. 29-36.

WHATELY, Marussia *et al.* **GUARAPIRANGA 2005: Como e por que São Paulo está perdendo este manancial**: resultados do diagnóstico socioambiental participativo da bacia hidrográfica da guarapiranga. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. 48 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/guarapiranga-2005-como-e-por-que-sao-paulo-esta-perdendo-este-manancial>. Acesso em: 23 jul. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO – Análise de Demanda Turística para a Trilha de Travessia.

01 - Idade:

02 - Município que reside:

03 – Com que frequência faz trilhas?

☐ Nunca fiz

☐ Raramente

☐ Às vezes

☐ Frequentemente

☐ Outros _____

04 – Já visitou ou tem interesse em visitar o Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Curucutu?

☐ Sim, já visitei.

☐ Nunca visitei, mas tenho interesse.

☐ Nunca visitei e não tenho interesse.

05 – Quais os principais motivos que te levou/levaria a visitar o Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Curucutu?

06 – Sabe da existência da Trilha Travessia do Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Curucutu?

☐ Sim

☐ Não

07 - Já realizou a Trilha Travessia do Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Curucutu?

☐ Sim

☐ Não

08 - Consideram as trilhas do Parque atualmente seguras e atrativas?

☐ Sim

☐ Não

☐ Nunca visitei o Parque.

09 - Tem interesse em realizar o percurso da Trilha Travessia do Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Curucutu?

☐ Sim

☐ Não

10 - Quais são as principais dificuldades para a realização das trilhas do Parque?

☐ Relevo

☐ Distância (km) do percurso

☐ Obstáculos Naturais

☐ Condicionamento Físico

☐ Falta de infraestrutura

☐ Nunca realizei as trilhas do Parque

☐ Outros _____

APÊNDICE B

ENTREVISTA – Gestão Ambiental

01 – Quais motivos levaram ao fechamento da trilha?

02 - Quais as fontes de financiamento/recursos do parque?

03 - Há interesse por parte da gestão em reativar a trilha?

04 – Existem dificuldades para reativar a trilha? Quais?

05 – Do ponto de vista da gestão do Parque, quais os benefícios da reabertura da trilha para o Parque?

06 – Do ponto de vista da gestão do Parque, quais os possíveis impactos negativos que a trilha pode causar?

07 – Há algum documento/projeto de implementação da Trilha de Travessia?

08 – Há dados referente ao grupo de pessoas que realizou o percurso da trilha em 2015?